

A HISTÓRIA DA ARTE NO BRASIL *

Walter Zanini

A História da Arte permanece ainda hoje sem um claro espaço de desenvolvimento básico na universidade brasileira. Não constitui área própria entre os estudos de graduação. Tem sido matéria opcional para cursos de história, letras, filosofia, ciências sociais, comunicações, etc. Figura nas faculdades de arquitetura e urbanismo para contribuir a uma formação específica. Tornou-se um dos componentes teóricos do currículo de educação artística, mas o polyvalente curso criado em 1970 não permite densidade maior para os que se destinam ao conhecimento histórico. Os alunos que atendem lamentavelmente desprovidos de informação no curso secundário, dirigem-se em grande parte à produção da arte. A carga horária não contempla a área teórica na extensão que seria de desejar. Ela é contraída pela outra demanda, a prática, que, por sua vez, reclama da redução do seu tempo. Ora, uma tal situação não pode ou dificilmente pode ser redimida em estágios de pós-graduação. É verdade, entretanto, que um grande esforço tem sido feito pelos que procuram superar de algum modo os obstáculos de formação no próprio ambiente ou rumam para universidades do exterior. Mas é preciso reiterar a imprescindibilidade de uma educação básica rigorosa e aprofundada para o historiador de arte, que somente um curso que considere as condições que lhe são específicas – previstas articulações inter-disciplinares atualizadas – pode oferecer. Ainda agora não vemos possibilidade de superação desse problema estrutural na proposta de novas diretrizes curriculares para o ensino das artes visuais que se acha em discussão no Ministério da Educação e Cultura (SESU-MEC).

A história da História da Arte no Brasil, de que aqui traçamos um breve quadro geral, fez-se através de muitos entraves e apenas nas décadas recentes – não obstante uma grande dificuldade como a que que pontuamos -, encontrou uma via melhor de desenvolvimento. Configurada na universidade europeia desde meados do século XIX, a disciplina foi introduzida no Brasil em 1870 como forma de preparo dos alunos pensionistas da Academia Imperial das Belas Artes, no Rio de Janeiro, que viajavam para aperfeiçoar-se em Roma¹. Se as primeiras aulas foram ministradas nesse ano, o projeto que criava a cadeira datava de 1848, ou seja, da gestão de Félix-Émile Taunay, empenhada em uma série de transformações do estabelecimento radicado nos princípios neoclássicos trazidos pela Missão Artística Francesa, e institucionalizado em 1826. Seguiu-se a delonga entre 1848 e 1855 para o reconhecimento jurídico do que se denominava “História das Belas Artes, Estética e Arque-

* Texto inicialmente preparado para a associação alemã Carl Justi, em 1993.

1. Adolfo Morales de los Rios Filho, “O Ensino Artístico, subsídio para a sua História (1816-1889)”. In: *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*, v. 8, Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1942, pp. 193-196.

ologia”, no conjunto de mudanças da diretoria de Manuel de Araújo Porto Alegre (Reforma Pedreira) (recordando-se que no ensino universitário europeu da época, fonte recorrente entre nós, não havia uma fronteira nítida que distinguisse a arqueologia da história da arte).

Mas as dificuldades para que se concretizasse esse primeiro curso de História da Arte não cessaram nessa ocasião, pois foram necessários outros 15 anos para que finalmente a cadeira pudesse ser provida, em 1870. Seu titular foi o pintor do academismo romântico Pedro Américo de Figueiredo e Melo, transferido, para esse fim, da área de desenho. Possuía ele formação na própria Academia Imperial das Belas Artes, seguida de passagem pela Escola de Belas Artes de Paris e com interesses nas áreas de ciência e filosofia – tendo sido aluno de Victor Cousin, iniciador dos estudos estéticos na Sorbonne. Pedro Américo atendeu ao seu encargo apenas até o início de 1873. Ocupando-se, além da pintura, de várias outras atividades, ele requereu constantes afastamentos e com permanências longas no exterior, entregou a responsabilidade das aulas a professores interinos. Alfredo Galvão, em livro de 1954, reuniu dados sobre a operacionalidade da cadeira, que deixava muito a desejar. Em 1890 ela seria intitulada “História das Artes”. Com a República, na agora Academia Nacional de Belas Artes, a disciplina conheceu rápida sucessão de ocupantes. Em 1918 assumiu-a, por muitos anos, o professor José Flexa Pinto Ribeiro, espírito bastante conservador, formado junto a Maxime Collignon, em Paris.²

Moldada e perseverante em geral na observância de princípios acadêmicos, insensível às idéias da modernidade que explodiram no país em 1922, a Escola Nacional de Belas Artes conheceria as crises de 1931, com a frustrada reforma de Lúcio Costa e a do início da década de 40, provocada pelo inconformismo dos estudantes.

A renovação dos estudos teóricos no plano geral dos cursos da Escola Nacional de Belas Artes só seria alcançada posteriormente. A História da Arte encontrou, de fato, um outro rumo a partir de 1954 com o ingresso do professor Mário Barata, formado junto ao Instituto de Arte e Arqueologia da Universidade de Paris.³

2. Alfredo Galvão, *Subsídios para a história da Academia Imperial e da Escola Nacional de Belas Artes*, Rio de Janeiro, 1954, pp. 95-97. Deduz-se dos dados reunidos por Galvão que era dos mais precários o funcionamento do curso de História da Arte, suscitando pouco interesse dos alunos, por sinal de escassas condições culturais. Permanecem até hoje, a nosso conhecimento, pouco revelados em seu conjunto esses primórdios do ensino da história da arte na Academia, onde, como sabemos, se centralizavam os estudos de arte no país. No governo republicano, em 1890, quando a instituição passou a denominar-se Escola Nacional de Belas Artes, a disciplina, agora denominada “História das Artes”, ficou a cargo de José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque, substituído interinamente, em 1891, por alguns meses, pelo crítico Luiz Gonzaga Duque Estrada, seguindo-se outros professores a curtos intervalos. Novos regentes sucederam-se na cadeira. A disciplina em 1946 passou a ser denominada “História das Artes e Estética”.

3. Mário Barata é autor de um dos poucos textos que conhecemos sobre o ensino da história da arte no país. Cf. “Perspectivas da história da arte no Brasil, Importância da disciplina e de sua bibliografia especializada”. *Conferência* pronunciada aos 16 de maio de 1962, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

Não obstante estudos já realizados, somos carentes de uma investigação mais aprofundada da antiga academia, absorvida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1960. Não raros dos seus aspectos são pouco conhecidos ou divulgados, entre eles a questão da História da Arte no quadro do seu ensino. Ainda há três anos, em novembro de 1996, notamos a ausência de comunicações a respeito entre os participantes do Seminário comemorativo dos 180 anos da instituição, quadro que se espera reverter com os levantamentos recém-efetuados pelo projeto em nível de mestrado da UFRJ junto ao acervo e os arquivos do Museu D. João VI.

Ao terminar este rápido aceno ao ensino da disciplina na Academia, não podemos deixar de mencionar outras escolas que foram criadas à sua semelhança no país. Entre elas, a Academia de Belas Artes da Bahia, fundada em 1877, onde no final do século XIX ministravam-se cursos de história da arquitetura e história da arte, abrindo-se espaço para uma cadeira de "História da Arte no Brasil", de responsabilidade de Manoel Raimundo Querino⁴ e o Instituto de Artes, estabelecido em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, que, fundado em 1908, incluiria mais tarde a história da arte em seus currículos⁵.

Os anos de 1930, marcados pela transição política e as novas reivindicações sociais, assinalaram-se igualmente pela transformação educacional proposta pela "Escola Nova", originária do liberalismo dos anos 20 e que abria maiores perspectivas para o ensino científico.

A dupla instituição da Universidade de São Paulo e da Universidade do Distrito Federal (Rio de Janeiro), em 1934, respondia a objetivos fundamentais e inadiáveis dessa definição de rumos. Nesta última, há a registrar, em seu Instituto de Artes, a utilização de uma metodologia inovadora, em níveis inter-disciplinares (no circuito do próprio universo artístico). Mas a Universidade teve curta existência. Do empreendimento participou o crítico do modernismo Mário de Andrade.

A Universidade de São Paulo reuniu antigas escolas e fundou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, orientada em seus primeiros tempos por numeroso grupo de professores europeus, e que, inaugurando cuidadosamente diversos departamentos de ciências exatas e humanas, não implantou a área de artes. Entretanto, uma contribuição aos seus estudos teóricos, seria oferecido pelos jovens Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide e Jean Maugüé, contratados para outros setores de humanidades da nova faculdade⁶. Anos depois, em 1952, como parte do currículo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), fundada em 1948, a História da Arte

4. Manoel Raimundo Querino refere-se a cursos de história da arquitetura e história da arte que realizava na Escola de Belas Artes da Bahia em 1884. Cf. *Artistas bahianos: indicações biográficas*, 2. ed., Salvador, Oficinas da Empresa "A Bahia", p. 147.

5. O pintor e crítico de arte Angelo Guido começou a ministrar aulas de história da arte no Instituto de Arte, em Porto Alegre, nos anos de 1930.

6. Gilda de Mello e Souza, "A estética rica e a estética pobre dos professores franceses". In: *Discurso*, São Paulo, n. 9, nov. 1978, pp. 9-30.

seria lecionada pelo professor de sociologia e de ciência política também voltado para os estudos de arte em seus períodos do barroco e da modernidade, Lourival Gomes Machado (lembrando-se que ele foi delegado especial da Unesco na Campanha de Recuperação de Veneza e Florença em 1966-1967). A incumbência da cadeira passaria ainda naquela década ao artista e professor Flávio Motta.

Mais tarde, no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, uma nova oportunidade surgiria para a História da Arte, (agora num meio vocacionalmente mais amplo), onde passou a interessar numerosos estudantes. Deveu-se a Yves Bruand, formado pela École de Chartes, contratado para a disciplina “Metodologia da História” – e que entre nós realizou a pesquisa da tese “A arquitetura contemporânea no Brasil” – o preparo dos primeiros alunos da disciplina, entre 1961 e 1962, após o que essa responsabilidade nos foi transmitida, entre 1962 e 1969, sendo que, nesse último ano, abriu-se o curso de mestrado da disciplina. Na nova década, em 1970, a cadeira foi transferida do Departamento de História da Faculdade de Filosofia para a Escola de Comunicações e Artes (ECA), recém-estabelecida⁷, onde pela primeira vez as artes plásticas ganhavam um lugar definido na Universidade de São Paulo, juntamente com outros setores artísticos, mas num contexto eclético de estudos e pesquisas. A História da Arte, dispondo aos poucos de um quadro maior de professores de formação especializada, embora sempre limitada pelas exigências de um ensino que engloba a formação prática e a educação artística, pode melhorar suas condições. Retomou-se no Departamento de Artes Plásticas da ECA-USP, em 1972, o mestrado aberto no Departamento de História e instituiu-se, em 1980, pela primeira vez, o doutorado no Brasil, outra etapa para a afirmação da área, no entanto paradoxalmente desprovida de um bacharelado e licenciatura específicos.

Um número crescente de historiadores da arte veio a se formar em nível de doutorado na França e outros países, a partir da década de 80, em contraste com os poucos diplomados em períodos anteriores⁸. Coube-lhes um trabalho essencial no estabelecimento dos novos cursos de pós-graduação, cujo ensino em seguida estendeu-se também aos que se prepararam no Brasil.

Atualmente a Capes registra a existência de nove cursos de pós-graduação em artes visuais divididos em setores prático e teórico, aqui figurando a disciplina junto à teoria e crítica da arte. O mestrado foi sucessivamente introduzido na Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1985), no Departamento de História (área de concentração do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) da Universidade de Campinas – UNICAMP (1988), no Instituto de Arte da mesma universidade (1989), no Instituto de Artes da Universidade do Estado de São Paulo – UNESP (1991), no Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

7. A Escola de Comunicações e Artes foi fundada em 1966 com o nome de Escola de Comunicações Culturais.

8. Não há um levantamento dos formados no estrangeiro devendo o seu número alcançar algumas dezenas de indivíduos.

(1992), na Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia (1992), na Escola de Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, na Universidade Federal Fluminense e na Universidade de Brasília. Registre-se também a existência de cursos *lato-sensu*, como o da Universidade Federal de Ouro Preto voltado para o estudo do maneirismo, barroco e rococó, sendo a própria cidade mineira área da pesquisa de campo. Entre os cursos de especialização, note-se o trabalho pioneiro representado no Rio Grande do Sul pela Pontifícia Universidade Católica. Uma informação recente (1999), é a de que se instituiu o doutorado na Universidade Federal desse mesmo estado.

Os cursos históricos e teóricos possuem abordagens metodológicas diversificadas como as que têm caracterizado internacionalmente os estudos de arte, sobretudo a partir dos anos 50-60. A História da Arte radica-se entre nós essencialmente no conhecimento da própria arte do país, havendo, segundo o território, maior tendência à exploração de suas peculiaridades. Assim, por exemplo, em Minas Gerais o endereçamento tem sido para a sua arte colonial, no Rio de Janeiro a atenção se volta à arte do século XIX e, em São Paulo, para a problemática da modernidade, o que não significa, evidentemente, o não extravasamento, em cada caso, desses limites de concentração. Mas há mudanças muito recentes nessas faixas maiores de enfoque. Acresça-se o trabalho de alguns especialistas sobre o Brasil Holandês. Mas são surpreendentemente poucos os que se dedicam à arte africana e afro-brasileira. Nota-se igualmente o interesse pela arte da América meridional. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professores realizam pesquisas sobre a arte do estado e de países vizinhos, o Uruguai e a Argentina. Na Universidade de São Paulo registra-se a atenção pela arte européia de vários períodos assim como especificamente de sua historiografia. A Universidade de Campinas tornou-se um pólo de atuação que desenvolve, entre outros objetivos, a investigação do Renascimento e de fases seguintes da arte ocidental.

A abordagem da arte do século XX pelos historiadores da modernidade, até onde nos consta, não tem incluído, ressalvadas exceções, as questões mais atuais que envolvem as imagens técnicas. Com denominações diversas, essa produção de arte vem, entretanto, crescendo nas universidades, a exemplo da Universidade de São Paulo, Universidade de Brasília (UnB), Universidade de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), Universidade de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul e Universidade do Estado de São Paulo (UNESP). Particularmente, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) desenvolve intensa atividade teórica, de base semiológica, sobre as novas tecnologias.

É preciso agora salientar que persevera a precariedade da infra-estrutura que atende aos cursos na universidade brasileira, já acusada em outras ocasiões, a exemplo das bibliotecas, videotecas e setores em geral de documentação.

Outro item a assinalar é o dos museus universitários. Eles estão longe de constituírem uma regra no Brasil. Mas há casos de importância a mencionar. A Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro herdou, em 1960, a coleção trazida de Portugal pelo regente e depois rei D. João VI, formando hoje o museu que

leva o seu nome, juntamente com arquivos da maior importância para os estudos da arte do século passado no país. Citemos o Museu de Arte Sacra e o acervo do Centro de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal da Bahia. Na Universidade de São Paulo doações dos anos 60 permitiram criar o Museu de Arte Contemporânea (MAC) e o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE). Este último constituiu um acervo significativo a partir de doações de vários museus italianos numa tarefa coordenada pelo Museu Pigorini de Roma e enriquecida de peças da arqueologia amazônica, da arte africana e afro-brasileira, entre outras culturas. O MAC possui ao lado de um acervo nacional, outro de caráter internacional, ambos relevantes, que se devem aos seus primeiros doadores, ao Museu de Arte Moderna de São Paulo, aos prêmios das Bienais de São Paulo e a aquisições.

O museu de arte é um componente cultural universitário, com a responsabilidade conhecida de servir como fator de integração entre os níveis teóricos, históricos e práticos no estudo da arte, entre outros objetivos. Algumas universidades mantêm cursos de museologia: a UNIRIO (o mais antigo do país), a Universidade Federal da Bahia e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Na Universidade de São Paulo esses estudos dependeram de esforços individuais. Esteve presente na FAU. Na década de 70 e parte de 80, era disciplina ministrada no curso de artes plásticas da ECA-USP. Uma atenção lhe foi dada no Museu de Arqueologia e Etnologia. Dentro e fora da Universidade de São Paulo, no Estado, verificam-se alguns progressos nesses estudos e novos projetos em níveis teóricos e técnicos.

Na formação do historiador de arte, tem-nos faltado a aproximação a que Giulio Carlo Argan se referiu anos atrás, ao tratar da coexistência entre cidade antiga e moderna, quando deplorou “o caráter excessivamente teórico e escassamente aplicado das escolas superiores de história da arte, não centradas o bastante no zelo das coisas, que é o primeiro ponto deontológico e metodológico das nossas disciplinas”⁹. Argan examinava o papel do historiador de arte no conjunto de problemas de conservação da cidade e mais que isso, ou além disso, de um preparo que lhe permitisse colaborar nos projetos do seu devir. Entre nós, um trabalho que desenvolve uma experiência para atender a esses objetivos é o do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAU.

As realizações no âmbito da preservação e restauração que se desenvolveram e se desenvolvem em relação ao patrimônio histórico e artístico do país, com envolvimento de professores da Universidade, são tópicos a aproximar desta abordagem. Criou-se para esse fim, em 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, apoiado em projeto de Mário de Andrade, depois reformulado. Conduzido durante três décadas por Rodrigo Mello Franco de Andrade, a entidade, que sucessivamente adotou nomes diversos, mantém sua continuidade até os dias presentes.

9. Giulio Carlo Argan, “Città Antica e Città Moderna: difficoltà di una coesistenza”, *XXIV Congresso Internacional de História da Arte. C.I.H.A.*, Bolonha, set. 1979. Sob o título “Cidade ideal e cidade real”, o texto foi incluído no livro *História da Arte como História da Cidade*, São Paulo, Martins Fontes, 1992, pp. 73-84 (ver pp. 83-84). [A edição original italiana é de 1983.]

Ramificado em vários setores regionais que cobrem o território, o órgão destacou-se pelo trabalho de resguardo, recuperação e estudo de bens culturais da época colonial, tombando centenas de edifícios civis e religiosos, complexos arquitetônicos e mesmo cidades inteiras, como Ouro Preto e Olinda, e fundando museus. Editou ao longo dos anos, na gestão de Franco de Andrade, uma série de monografias e a *Revista do SPHAN*, tendo a colaboração de numerosos pesquisadores da arquitetura e arte, publicação que conheceu outros momentos a seguir.

Desenvolveram trabalhos sobre o período, pesquisadores como Lúcio Costa, Paulo Thedim Barretto, Joaquim Cardozo, Dom Clemente da Silva Nigra, Luís Saia, Salomão de Vasconcellos, Paulo F. Santos, Lourival Gomes Machado, Sílvio de Vasconcellos, sucedidos por figuras mais jovens. Cabe recordar a contribuição de historiadores estrangeiros para esses estudos, notadamente Germain Bazin e Robert C. Smith.

O SPHAN demonstrou atuação concentrada no período colonial. No prosseguimento de suas tarefas, o órgão, que teve Renato Soeiro como sucessor de Franco de Andrade, incluiu mais tarde a Fundação Pró-Memória (hoje extinta), com ampliação para novos objetivos culturais postos em prática pelo novo diretor, o *designer* e artista Aloísio Magalhães e dá continuidade hoje às suas atividades.

Abrimos aqui um item referente a publicações, em seguida à menção das publicações do SPHAN. Durante décadas, neste século, a história da arte, como a crítica de arte no Brasil, encontraram na imprensa a sua principal fonte de divulgação, através de rubricas ou artigos inseridos no corpo do jornal e ainda em seus “suplementos literários” e “culturais”. Ao lado disso, houve numerosas revistas de cultura de existência efêmera, assim como publicações destinadas a um público maior, que deram apoio a essa atividade. Os livros de história da arte pouco numerosos até a década de 60, conheceram uma mudança substancial a seguir, em boa parte devido ao trabalho universitário. Cresceu também o número de autores clássicos e da atualidade traduzidos. Um aspecto negativo é o da proliferação de livros de conteúdo superficial, aquinhoados, no entanto, por leis de incentivo cultural e o patrocínio de empresas e bancos, não raro pouco capazes de seleção.

Existem dificuldades de longa data para a transformação de teses em livros na universidade brasileira. No caso específico da Universidade de São Paulo, a sua editora desenvolveu nos últimos dez anos um programa reconhecidamente dinâmico que permitiu a publicação de trabalhos individuais e coletivos de valor reconhecido. É um projeto que deveria crescer, mas que diminuiu de intensidade. No domínio das revistas universitárias de arte, os principais títulos são *Artes e Comunicações* da ECA-USP (a mais antiga), *Gávea* da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e *Porto Arte*, do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Registre-se a constância da revista especializada *Barroco*, publicada por instituições mineiras.

São fundamentais no levantamento dos escritos de arte no Brasil a “Bibliografia representativa” elaborada de 1937 a 1942 por Robert C. Smith (como redator espe-

cialista do *Handbook of Latin American Studies*)¹⁰ e a *Bibliografia seletiva e comentada* do professor José Valladares, da Bahia, cobrindo em continuidade ao seu predecessor, o período entre 1943 a 1958¹¹. Smith arrolara 968 títulos e Valladares 693, sem incluir, entretanto, artigos surgidos na imprensa. Posteriormente, um grupo de professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP arrolou 63 outros títulos, entre 1949 e 1976, incluindo livros, catálogos de exposições e guias de museus¹². Não constam atualizações mais recentes.

Os historiadores da arte no Brasil contam como órgão representativo o Comitê Brasileiro de História da Arte (CBHA), filiado ao Comitê Internacional de História da Arte (CIHA), fundado em 1972, e cuja principal atividade tem sido a realização de colóquios anuais (20 até 1997) e congressos em diferentes estados a cada três anos, com participação nacional e internacional (5 até 1995). Por outro lado, congregam-se na Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas (ANPAP), fundada em 1987, entidade que reúne membros jurídicos e físicos, em seus vários comitês.

A História da Arte recebeu no Brasil com defasagens notórias a influência dos princípios e métodos que assinalaram a ordenação da disciplina, entregue, neste momento, a todo um processo de auto-reflexão em face das constantes interseções científicas que, aliás, ocorrem nas dimensões gerais do conhecimento, e ao mesmo tempo compenetrada dos elementos dialéticos que constituíram ao longo do tempo a sua identidade visceral. Um primeiro estágio de maior identificação dos seus valores em nosso meio acreditamos tenha sido o que se produziu através do SPHAN (atual IPHAN) em suas realizações de estudo patrimonial. Pesquisas deverão conduzir a uma melhor informação de outras fontes. Assinalamos sua presença junto ao ensino prático/teórico da Academia Imperial e sucessora. A motivação crescente pela História da Arte no país em décadas recentes, embora a ausência de melhor infra-estrutura universitária, alterou a modesta situação anterior. A História da Arte é uma área científica que se pode dizer ainda em vários aspectos emergente no Brasil, o que não significa que do trabalho de seus representantes não tenha surgido interpretações maduras da arte que se pratica em seu território. É um truismo dizer que resta muito a realizar nesses limites. Mas o ensejo se apresenta para dizer que o enriquecimento da disciplina dependerá de uma maior expansão

10. Rubens Borba de Moraes e William Berrien, *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, Rio de Janeiro, Gráfica Editora Souza, 1949.

11. José Valladares, *Estudos de Arte Brasileira*, Salvador, Museu do Estado da Bahia, 1960, p. XII (Publicação n. 15).

12. Um levantamento de 63 títulos (livros, catálogos de exposições, guias de museus, etc.), sobretudo relativos à arte indígena, compreendendo o período de 1949 a 1976, organizado pelos professores Júlio Katinsky e Murillo de Azevedo Marx (incluindo-se trabalho anterior dos professores Aracy A. Amaral e Benedito Lima de Toledo, patrocinado pela Fundação Patrícia Bildner, de São Paulo) foi publicado pelo *Handbook of Latin American Art: a bibliographic compilation*, California, ABC-Clio Information Service, 1984, v. 1, pt. 2, pp. xxii-xxiii, 1077-82.

universal de seus estudos, uma conscientização que, acreditamos, deverá envolver crescente número de pesquisadores nos próximos anos¹³.

13. O autor é grato às seguintes pessoas que o ajudaram com informações várias para a realização deste texto preliminar sobre a História da Arte no Brasil: Margareth da Silva Pereira, Luís Carlos Maciel, Carlos Scarinci, Daisy Peccinini de Alvarado, Sônia Gomes Pereira, Maria Helena Ochi Flexor, Suzete Venturelli, Marília Andrés Ribeiro e Maria Lúcia Bastos Kern.